

ATA 14

Ao décimo sexto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte, reuniu-se pelas 18h, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244. A mesma foi realizada sem público, cumprindo deste modo as orientações da Direção Geral da Saúde. O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21h 30 estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Carla Elisabet de Oliveira e Silva (RM)
- Alexandre Paulo da Silva e Sá (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (RM)
- Nuno Filipe Teixeira da Cruz (RM)
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (RM)
- Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (RM)
- João Lourenço Amado Leite de Castro (RM)
- Marco Régis Lacomblez Leitão (PS)
- Maria Manuela Nunes Lopes G. de Brito Amorim (PS)
- Alexandre Pinto Teixeira (PSD)
- Sónia Maria da Silva Ribeiro (PSD)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- António de Oliveira Alves (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- José Leandro Amaro da Veiga (RM), substituído por João Lourenço Amado Leite de Castro;
- José António da Silva Barradas (RM), substituído por Sofia Margarida Murta Alves, que não compareceu;

- Cândida Paula Oliveira Freitas Silva Roseira (PS), substituída por Albina Fernanda Monteiro Pacheco, que não compareceu;
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS), que não compareceu;
- António Pedro Lima Sequeira Magalhães Pinto (PS), substituído por David dos Santos Ferreira, não compareceu;
- Ana Reynolds de Magalhães A. C. Castro Saraiva (PSD), substituída por Alexandre Pinto Teixeira;
- Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald, substituída por Sónia Maria da Silva Ribeiro.

Após a confirmação dos membros presentes ficou constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente - Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário - Carla Elisabett de Oliveira e Silva
- 2º Secretário - Alexandre Paulo da Silva e Sá

Presidente da Assembleia de Freguesia, cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão com a leitura do edital. Fez referência ao grupo PSD de estarem presentes e na próxima assembleia, infelizmente, se continuarmos com esta pandemia vamos pôr em consideração e irei falar com os líderes da possibilidade de quererem estar através de videoconferência e assim conseguirmos fazer isso, assim como as coletividades e aos grupos poderem também participar. Agradece a presença de todos e tem sido politicamente uma tentativa de fazer isso online, mas foi um pouco em cima da hora. De seguida passou a fazer a chamada das presenças. Informou não existirem envio de documentos para leitura na Assembleia e tendo o Infante Sagres solicitado a presença nesta Assembleia, por motivos das orientações da DGS, não foi possível.

Vamos passar a parte das forças políticas, com uma moção do grupo do PSD e se a pretendem apresentar.

Alexandre Teixeira, PSD, cumprimentou os presentes e passou a apresentar a moção de homenagem do 40º aniversário da morte de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Há quarenta anos, no dia 4 de dezembro 1980, faleceram o então Primeiro-Ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro e o Ministro da Defesa Adelino Amaro da

Costa, vítimas da queda em Camarate do avião bimotor. Francisco Sá Carneiro, nasceu no Porto, a 9 de julho de 1934, advogado e foi durante três anos Deputado da Assembleia Nacional. Acreditando haver uma oportunidade de iluminação dos obstáculos às liberdades públicas, direitos e garantias e operar uma transição de regime por via de revisão constitucional. Aspirava, convictamente, a que Portugal adotasse o modelo democracia ocidental avançada, coerente e conseqüente, renunciou ao mandato de deputado, quando percebeu que as suas propostas não teriam seguimento na Assembleia Nacional, denunciando de forma persistente as condições em que viviam os presos políticos e forçando o regime a aceitar o fim do exílio do Bispo do Porto, Dom António Ferreira Gomes. Menos conhecido é talvez o facto de ter estado envolvido, na libertação do histórico dirigente do PCP Octávio Pato. Em 1974 funda, com Pinto Balsemão e Magalhães Mota, o PPD, tendo sido ministro adjunto do primeiro-ministro, Adelino Amaro da Costa. No primeiro governo provisório em dezembro de 1979, na liderança da AD, consegue nas eleições intercalares a maioria absoluta resultado que se repete nas eleições gerais de outubro de 1980. Homem de largas perspetivas e vistas de ruras, combativo não deixava ninguém indiferente, sendo manifesta a coragem intelectual e física com que defendia as suas convicções. Adelino Amaro da Costa engenheiro civil, fundou em 1974 juntamente com Diogo Freitas do Amaral, o CDS, sendo seu primeiro secretário-geral, defendeu uma conceção democracia pluralista, europeísta e centrado no humanismo e na Dignidade da pessoa humana. Com a sua alta inteligência foi por muitos considerado estratega da direita portuguesa sendo um dos impulsionadores da AD, e também o primeiro ministro Civil da Defesa, após o 25 de Abril. Com a trágica morte de ambos, Portugal perdeu dois grandes estadistas, patriotas e convictos defensores de valores da Justiça da solidariedade e de um Portugal democrático. A sua participação ativa e convicta na vida política nacional continua a constituir agora como então exemplo e combustível para a participação de muitos e foi certamente o instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático. Nos tempos atuais e futuros é dever democrático recordar e seguir as suas pisadas, no desenvolvimento desta nossa República, por estes motivos. Volvidos quarenta anos sobre essa data, o grupo Porto autêntico PPD-PSD/PPM propõe que a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, reunida a 16 de setembro, delibere prestar homenagem a Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da

Costa, extensível a todos que faleceram neste acidente, no 40º aniversário da sua morte com um minuto silêncio e que se dê conhecimento público da presente moção.

Presidente da Assembleia de Freguesia, desde que seja aprovada e como pretende ser dada para apresentação pública, agradece informação para quem deve ser enviada. Foi colocada à votação a moção apresentada pelo PSD.

Colocado a votação a Moção de homenagem:

Contra - zero

Abstenções – 3 (2 CDU e 1 BE)

Favor – 12 (2 PSD, 2 PS e 8 RM)

Casimiro Calisto, CDU, em relação a esta moção de homenagem, obviamente, que respeitam a condição humana; foi um trágico acidente; é algo que decorre há muitos anos, sem saber o que aconteceu. Em relação aos considerandos, é público todo um passado de divergências; acharam que esta homenagem era uma homenagem de pesar e seria se fosse mais próxima do tempo. Quarenta anos depois, vale o que vale. Em relação aos considerandos, obviamente, que todos aplaudimos a democracia que vivemos e obviamente, houve pessoas que se empenharam, umas muito mais do que os homenageados, alguns com sacrifício da sua vida ou torturados longamente. Em relação à pessoa humana, todo o respeito.

Susana Constante Pereira, BE, não é uma declaração de voto, mas para esclarecer o motivo da abstenção tem a ver com o facto de ser uma moção de homenagem e não um voto de pesar, como aliás seria questionável e apesar de que na Assembleia Municipal, também foi levado por um grupo como voto de pesar e outro um grupo apresentou como voto de homenagem e a opção, foi votar os dois em conjunto. Basicamente o BE tem por princípio e por considerações idênticas aqui apresentadas por Eng. Casimiro Calisto, não votar contra, nem se abster em votos de pesar, a não ser salvo raríssimas exceções, tem por princípio e dado que são votos em face de uma situação trágica seja ela qual for e, portanto, não tem esse tipo de posição. Neste caso não é um voto de

pesar e, portanto, simplesmente não faz considerações sobre os considerados, simplesmente não acompanha a moção de homenagem, mas também não votam contra.

Marco Leitão, PS, apenas para explicar a votação: independentemente da ideologia e das sensibilidades a nível político - sendo que não se reveem em tudo o que foi defendido pelas duas personalidades -, elas foram importantes, designadamente, na consolidação da democracia em Portugal e, portanto, nesse sentido, é importante realçar isso e por isso votamos a favor.

Presidente Assembleia de Freguesia, agradece que se proceda ao minuto de silêncio.

Susana Constante Pereira, BE, tem a ver com as informações dadas pelo Sr. Presidente, relativamente a intenção de participação do Clube Infante Sagres e pergunta se tem noção do que seria o assunto. Segunda nota sobre a possibilidade de reunião da Assembleia, em modelo misto que saudamos. Desde o primeiro momento que tem feito nota de que seria desejável encontrarmos as melhores condições para garantir que qualquer pessoa possa participar em pleno e a partir de uma perceção de segurança. Em face da situação e, sobretudo, quer do ponto de vista do público quer a partir de julho, sabemos que passou a estar plasmado na lei, que o registo da sessão é disponibilizado no website do órgão, neste caso da Junta de Freguesia, para que seja possível uma participação, por parte das pessoas e, portanto, saúdam a notícia, com uma nota de pena que não tenha sido mais cedo, mas antes tarde porque nunca.

Presidente Assembleia de Freguesia, acerca disto, esclareceu que este ano era para ser feito intercaladamente, uma Assembleia aqui outra em Lordelo; era essa a sua intenção para 2020, mas com estas restrições cada vez maiores, foi abandonado. O dia de amanhã não é o dia de hoje. Preparar isto com antecedência, pois tem de se testar; fazer as coisas de maneira que não falhem. Reconheço que não vai ser uma Assembleia fácil, pessoas de um lado, pessoas de outro e, por experiência pois já houve uma Assembleia noutra Freguesia que teve essa iniciativa e não correu muito bem, temos essa noção. Vamos tentar; estamos aqui para isso e também para que as pessoas não sejam

excluídas, nomeadamente os clubes e as coletividades desta freguesia também participarem.

Casimiro Calisto, CDU, neste período antes da ordem do dia para levantar duas questões muito rápidas: uma prende-se com uma iniciativa da Câmara Municipal que está ainda a indignar os moradores que é o bloqueio da passagem entre a Rua das Sobreiras e a Rua Paulo da Gama. Sabem que as pessoas já se disponibilizaram, já foram à Câmara, já recolheram assinaturas e era importante que a Junta, que também tem limitações na sua atuação, mas deve estar atenta, porque se há pessoas preocupadas com a utilização indevida daqueles caminhos, daqueles recantos para coisas que não devem, também é verdade que há muita gente, que devido ao trabalho que têm, precisam de uma ligação rápida da parte alta da zona da Pasteleira Sul à parte de baixo da Rua das Sobreiras. Lembro que, como alternativa, as pessoas têm que ir ao Cálem, ou então usar a Rua Central do Bairro D. Leonor, transtorno grande e acho que temos que estar atentos, porque há pessoas interessadas que aquilo esteja aberto principalmente quem sai tarde do Pingo Doce e que precisa de apanhar os transportes na marginal e acham que a solução é mais iluminação mais vigilância e mais gente a passar por lá. Outra questão, prende-se com o que se passa na Rua da Cordoaria Velha, uma rua ancestral, com um passado e neste momento está bloqueada e sabemos que a Junta também tem as suas limitações, mas acho que o poder público devia-se manifestar, junto do Ministério da Defesa, porque deixaram degradar o quartel militar, a casa que era dos oficiais, do major, casa mesmo na quina e agora a solução foi bloquear mais uma vez. Infelizmente, devido aos tempos que vivemos, a movimentação que está a haver na Freguesia se vamos usar este método, para tudo quanto é sítio frequentado, acho que a solução não é assim e há pessoas que se têm manifestado, moradores dos lugares que querem aquilo desbloqueado. Outra questão que vamos levantar foi colocada por um morador relativamente à construção do Bairro da Pasteleira. Já fez um bloco e as pessoas perguntam se há novidades quanto ao concurso para habitação dos outros blocos. Outra questão do Bairro de Lordelo tem pedido intervenção para a iluminação daquele Jardim, Rua da Pasteleira, Rua Maestro Virgílio Pereira; dentro do bairro também há muitos candeeiros apagados, já usou, entre aspas, alguma influência para que a distribuição da EDP tenha mais atenção ao que as pessoas estão a passar. Outra questão, é rápida e é

em relação à venda ambulante à porta do cemitério. Sei que a Junta procedeu a concurso; bem ou mal foi selecionada a pessoa que foi, mas o que é verdade, é que a pessoa deixou de lá estar e, infelizmente, para aquele nosso amigo vinha cá muitas vezes, o Sr. Tomé Meireles foi uma fonte de rendimento que perdeu. Não é despiciente porque é uma pessoa extremamente frágil em termos económicos e tinha uma fonte de receita naquele ponto-de-venda. Verdade é que estrategicamente quem concorreu dizem que tem ligações ao senhor que está a explorar o espaço comercial dentro do cemitério e usou a estratégia de não aparecer e penso que desde que ganhou o concurso não apareceu mais. Outra questão que a Junta tem de estar atenta e posicionar-se a ouvir as pessoas em relação às ciclovias que estão implantadas aqui junto ao Bairro do Bom Sucesso; toda a gente se queixa, perdeu-se lugares de estacionamento, muito confuso, há ciclovia mais fora do que carros estacionados e dos táxis; acho que é algo que a Junta também com certeza vai estar atenta para fazer alguma coisa.

Manuela Amorim, PS, cumprimentou todos os presentes. Como não esteve presente na reunião anterior e por isso teve o cuidado de ler, demoradamente, cautelosamente, a ata, e quer apenas delinear algumas estratégias e chamar a atenção para a toxicodependência, porque felizmente verifiquei que na reunião anterior o tema foi amplamente explanado, quer pelos partidos políticos e também por uma intervenção da Senhora Presidente, intervenção essa que comunicou ser esta junta muitas vezes abordada por vários meios e até citou e-mails, telefonemas, oralmente quando se passeia na rua sobre o problema da droga e da toxicodependência. Também a Senhora Presidente terá afirmado que existe aqui um problema de toxicodependência grave, nesta freguesia e que esses telefonemas essas perguntas esses emails que a junta tem de responder porque acha que deve fazer e também concorda não só ocupam muito tempo como levam a concluir que realmente esse problema é grande; sabemos todos que as consequências de tal realidade quer na higiene, quer na saúde pública, quer na ação social causam gravíssimos problemas. Com muita verdade e com muita consciência que tendo já sido Portugal considerado um País exemplar e, por isso, seguido nas suas estratégias por muitos outros países, reforçamos sobre o quê então fazíamos e deixamos de fazer. Realmente passa-se presentemente uma certa falta de eficácia que leva a que tenhamos passado de um patamar elevado de combate quando se fala em

ATAS

combate, é da toxicod dependência, do tráfico e nunca combate aos toxicod dependentes e, portanto, vamos refletir o que se terá passado, está comprovadamente provado que a extinção do IDT, ou seja do Instituto da Droga e Toxicod dependência que ocorreu num período em que Portugal atravessava uma crise financeira extinção esse que deu origem ao SCAPE e a três direções regionais de saúde e a sua extinção foi invocada por uma questão económica poupança essa que se não verificou, porque afinal de contas a quantia que era atribuída ao Instituto foi repartida pelas instituições que então já tínhamos. Temos de ser sinceros; toda a gente diz e os técnicos que estiveram envolvidos neste problema que foi uma decisão política Pois os políticos têm que tomar decisões umas vezes são mais felizes, outras vezes menos felizes, mas a extinção do IDT veio demonstrar que Portugal teve um autêntico retrocesso na estratégia nacional, que era internacionalmente reconhecida nós já perdemos duas oportunidades no meu entender de conseguirmos empenhar a comunidade a que pertencemos neste problema, porque eu sempre disse aqui que não é um poder, nem local, nem estatal não é só ele que tem que resolver este problema. Se formos ver o que é uma comunidade uma comunidade é um conjunto de pessoas que vivem num espaço, que pertence a determinado País. Pertencer a uma comunidade tem deveres e tem também obrigações e perante uma comunidade que enfrenta uma situação de perigo e de risco qual é a atitude correta das pessoas que nela vivem? Acha que essas pessoas devem ser e sentirem-se responsáveis sobretudo pelas crianças pelos jovens pelos idosos claro está que não estão isolados será também com a responsabilidade das famílias do Estado Central e Local e da sociedade civil. Parece-lhe que o conjunto dessas energias de todas estas partes da comunidade darão força para que o problema seja melhor resolvido. Passando à cidadania, se comunidade é um espaço que é ocupado num determinado limite físico, num determinado espaço físico de um País; a cidadania é um conceito que se refere a condição de pertencer a uma comunidade e também a cidadania deve ser de certo modo recomendada, divulgada e exigida todos nós que somos cidadãos, num determinado espaço; temos que ter a noção de que pertencemos a um espaço a um lugar e isso nos dá o sentido da responsabilidade de defender o bem coletivo; temos um papel a desempenhar, nesta comunidade e o empenho de promover o bem comum pois desta maneira aumentamos o nosso bem-estar porque tudo corre melhor e a cidadania, acatando as recomendações que o próprio conceito de cidadania nos dá

percebermos que se cada um de nós colaborar para melhorar a sua rua e o seu bairro, tudo de certeza vai bem melhor. Queria também lembrar aqui que foram perdidas duas oportunidades, a meu ver, de apelar à comunidade que cumprisse estes direitos e estes deveres, a que fez apelo essas duas oportunidades foram apresentadas quando o BE propôs a reunião que aqui se realizou e que depois não teve continuidade. Mais tarde um grupo de cidadãos, junto ao Fluvial, não sei se dessa vez completamente seduzidos pela questão de minorar o sofrimento daquela população que realmente está presentemente bastante excluída, que se excluí a ela própria, parece-me a mim que perdemos duas boas ocasiões, de pedirmos à comunidade que nos desse voluntariamente esse apoio. Tem a dizer uma outra coisa: há boas notícias. Tive conhecimento que em novembro entre os dias suponho que 25 e 27 o SCAPE promoveu um encontro via internet, com elementos do estado, para repensarem e reporem e pensarem novas estratégias, conseguirem novos instrumentos para que realmente o combate à droga fosse realmente eficaz. Tive também a notícia da leitura que fiz da ata que a própria Senhora Presidente terá talvez proposto e disponibilizado para vir a fazer com associações, os partidos políticos, entidades e outras pessoas que achar conveniente, que estiverem dispostas uma chamada um apelo para que venham contribuir mais ativamente; um envolvimento para que sejam nossas parceiras para que cooperem para que se resolverem melhor todos esses problemas que todos já abordamos tantas vezes e de que estamos saturados. Penso, estimo e desejo, ardentemente, que essa reunião se realize e que as associações de que Portugal também já foi um grande exemplo; o associativismo português já se impôs ao mundo e já serviu de exemplo para que essas associações se esforcem, porque elas podem e devem neste sentido fazer um bom trabalho, assim espero. E a todos desejo feliz Natal.

Cláudia Costa, RM, cumprimentou todos os presentes. Ouvia com atenção as intervenções no que diz respeito a intervenção do PS da Doutora Manuela creio que há pouco a dizer face ao facto de já ter sido devidamente tratado na reunião anterior. No que diz respeito à intervenção do Engenheiro Casimiro Calisto eu gostaria de dizer que tanto quanto sei a Junta de Freguesia tem tido vários pedidos no que diz respeito a fechar as ruas e a sua posterior abertura, é uma questão que está a ser estudada quer pela Junta, quer pela própria Câmara Municipal, portanto não é uma questão que está

de maneira nenhuma esquecida, é uma questão relativamente à qual a Câmara Municipal do Porto e a Junta de Freguesia estão a tratar e em sintonia. Relativamente a outra questão sobre o Bairro de Lordelo a Junta de Freguesia junto da Câmara Municipal tem vindo a fazer diversos pedidos para resolver esta situação. No que diz respeito às ciclovias que estão a ser implementadas têm vindo a ter algumas experimentações e a junta tem vindo a dirigir a Câmara Municipal todas as reclamações que lhe tem vindo a ser feitas para resolver o problema dentro de tudo aquilo que é obviamente O melhor para os fregueses; também neste aspecto a junta tem estado alerta e tem vindo a desenvolver esforços no sentido de dar voz aquilo que é e são legítimas reclamações dos fregueses desta Junta de Freguesia Finalmente no que diz respeito ao Senhor da venda ambulante que o Engenheiro Casimiro, tem informação, gostaria de lhe dizer que, a pessoa que normalmente, está no local neste momento está de atestado médico, devido a pandemia e é por esse motivo que nesta fase não está no seu local. Creio que terei respondido dentro daquilo que é do nosso conhecimento.

Presidente da Assembleia de Freguesia, passou-se ao ponto um da ordem de trabalhos e perguntou se alguém quer usar da palavra sobre a ata da última assembleia. Nós temos alguma dificuldade mesmo às vezes, conforme podem ver em ouvir as gravações e por isso é que eu peço para as pessoas falarem com alguma intensidade para o microfone.

Marco Leitão, PS, cumprimentou todos os presentes. Apenas para perguntar, dado que enviou umas retificações/sugestões, se foram recebidas, pois não teve conhecimento se receberam.

Presidente Assembleia de Freguesia, agradece porque também temos falhas e por isso pode acontecer, mas sempre que as pessoas corrigem nós tentamos mandar imediatamente.

António Alves, CDU, para informar que pela primeira vez pelo menos desde que nós estamos aqui a participar nesta assembleia vamos votar a favor da ata realçando o esforço feito pelos funcionários e funcionárias da Junta no sentido de melhorar a transcrição do que realmente aqui se passa. Desta vez notamos pelo menos no que diz

respeito que não há erros de sintaxe, as folhas estão numeradas e está com formato bastante melhor e fiel ao que aqui é dito. Realçando esse esforço, deu essa informação.

Presidente Assembleia de Freguesia, muito obrigado e agradeceu também a quem colaborou na correção da ata e com trinta e tal páginas às vezes não é fácil, mas de qualquer maneira a quem corrigiu e quem trabalhou nisso, agradece as suas palavras. Foi colocada a votação, mas pediu porque há pessoas que estão aqui pela primeira vez e quem não esteve presente na última assembleia não deve votar.

Colocado a votação o ponto um: Aprovação da ata da Assembleia de Freguesia de 29 de setembro de 2020;

Contra – zero

Abstenções – zero

Favor – 11 (1 PS, 2 CDU, 1 BE, 7 RM)

Não votaram: Manuela Amorim, PS, João Leite de Castro, PSD, Alexandre Pinto, PSD e Sónia Ribeiro, PSD.

Passamos ao ponto dois “Apreciação e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre a União Freguesias Lordelo do Ouro e Massarelos e a Câmara Municipal do Porto.”

Susana Costa Pereira, BE, relativamente a este ponto, apenas para dizer que o BE vai votar a favor e fazemos nota (e vamos reforçar no ponto seguinte desta Assembleia) de que no seu entender (e tem dito na Assembleia Municipal) isto foi fruto da recomendação apresentada, foi algo das nossas propostas e tomadas de posição novamente no órgão da Assembleia Municipal, pois entendem que as verbas destinadas às transferências para as Freguesias deveriam ser reforçadas é algo; que já apontaram, há bastante tempo, na situação que vivemos de pandemia, com a necessidade de resposta que a juntas passam a ter outra vez e terão tido sempre, mas neste momento de emergência e de respostas de urgência sabemos que as questões se agravam seria e

ATAS

mais importante que fosse feito esse reforço e que aliás fosse refletido a disponibilização por parte do Governo de um acréscimo daquilo que são as verbas para as Autarquias neste reforço às Junta de Freguesia; aquilo que apontamos inclusive na apreciação que fizemos sobre o orçamento Municipal, orçamento para 2021 é que todos os anos este orçamento aumente, portanto uma capacidade orçamental superior, mas não há um acompanhamento de um aumento daquilo que são as verbas que deveriam servir a junta de freguesia e servindo a Junta de Freguesia, servir a população e servir as comunidades ao nível dos territórios mais micro, digamos assim, pois as freguesias servem em proximidade e portanto queria fazer esta nota pois este tem que acontecer. As juntas têm de funcionar, ter algumas reservas do ponto de vista do modelo, mas a Freguesia deve funcionar e deveria haver este aumento de verbas. Obrigada.

Presidente da Junta, Sofia Maia, cumprimentou todos os presentes. Em relação a este ponto já falou com a Susana na Assembleia Municipal é lógico que concordo, mau era se um Presidente de Junta não concordasse em haver mais verba para a sua junta, referiu hoje uma coisa muito importante que não ouviu na Assembleia Municipal que falou também da parte do Governo e bem, porque aqui existe uma grande questão. Em 2019 houve um aumento salarial e bem para a função pública e o Governo não acompanhou esse aumento salarial e as juntas já vêm com o défice desde essa altura. Em relação a este ano também houve um aumento que foi uma coisa mínima, talvez o nosso Contabilista poderá até confirmar, cerca de 3000 €, salvo erro. Ou seja, o que quero aqui frisar é que a Câmara Municipal do Porto que manteve o mesmo, mas que nos foi ajudando, através de outras situações, da rede social e principalmente, na altura da pandemia; acho que é importante o que já fez também. Também da Anafre há um pedido junto do Governo e da Assembleia da República do qual deixa aqui também para os membros da CDU, BE e do PS, é que as Junta de Freguesia efetivamente fizeram um trabalho fantástico fenomenal de proximidade, mas a verdade é que tivemos de ajudar muitos Centros de Saúde, tivemos ajudar IPSS; tivemos ajudar muitos Agrupamento de Escolas; estivemos a substituir vários Ministérios e a verdade é que nem a Assembleia da República, nem o próprio Governo, melhor dizendo, não nos fizeram fazer chegar isso também este ano. E daí eu concordar com o aumento para as juntas; concordo em pleno com a Dra Susana, mas acho que esta situação teria que merecer mais consciência da

parte do Governo, que foi a quem a gente substituiu, porque nós não substituímos a Câmara Municipal do Porto, substituímos sim foi às verbas que deviam ter sido despendidas pelo Ministério da Saúde, Ministério da Educação e da Segurança Social e que não foi feito. Obrigada.

Casimiro Calisto, CDU, estamos no ponto para discutir o contrato inter administrativo que já não é modificado há anos, a verba é exatamente igual a de 2019 ou 2020, portanto é para dizer assim relativamente aos aumentos e em relação às substituições do poder central pelo poder Local, está perfeitamente à vontade, porque acompanha esta necessidade de exercer uma política de proximidade e ajudar quem precisa. Relativamente ao contrato inter administrativo e as a verbas que a Câmara recebeu só 3,5% a mais, que podia-se ter refletido, proporcionalmente, neste contrato; não estamos a falar das verbas anteriores. Vamos votar a favor porque as Juntas merecem ter as verbas o melhor possível. A Câmara teve mais verba e devia refletir-se neste contrato inter administrativo.

Marco Leitão, PS, para dizer que concordam, obviamente, também com o reforço financeiro, por parte do Governo, para as autarquias, mas também acham efetivamente que devia haver um reforço financeiro no âmbito deste contrato, visto que, se a Câmara tem mais disponibilidade financeira, faz todo o sentido utilizar, pelo menos uma parte para as Juntas de Freguesia. Obrigado.

Presidente Assembleia de Freguesia, colocou a votação o ponto dois da ordem de trabalhos.

Colocado a votação o ponto dois: Apreciação e votação do Contrato InterAdministrativo e de delegação de competências a celebrar entre a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos e a Câmara Municipal do Porto;

Contra – zero

Abstenções – zero

Favor – 15 votos a favor (aprovado por unanimidade)

Passando para o ponto três: Apreciação e votação das opções do plano e orçamento para 2021. Quem quer usar da palavra.

Contabilista público, Nelson Trindade, cumprimentou os presentes. Começou por referir que não quer que esta assembleia se torne uma assembleia técnica, mas efetivamente, em 2020 iniciou-se um novo normativo que vamos, no final da prestação de contas, ver mudanças muito mais complexas, mas que já começaram com este orçamento. Este orçamento está elaborado em SNC-AP enquanto não ultrapassarmos um milhão de despesa, estamos no enquadramento de mico entidade o que implica dois mapas obrigatórios; o orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, ambos passam a incluir uma projeção a 4 anos. Ao nível das regras previsionais dão as mesmas do POCAL, por exemplo a receita tem que ser a receita prospetivada numa média dos últimos 24 meses, conforme o que está neste nosso orçamento. Considerando que 2020 já foi um ano atípico a projeção que estamos a apresentar em 2021 pressupõe a não existência de COVID, isto quer dizer que muitas das atividades que aqui estão orçamentadas pré-covid o que pode acontecer, se o COVID continuar realmente, serão reafectadas em parte e poderão ou não ser realizadas. É de focar que temos uma rubrica a nível da DGAL que tem a ver com a delegação de competências, algo que está a acontecer em muitos municípios que é a passagem do acordo de execução para delegação de competências, a vir diretamente do Estado; não sabemos se irá acontecer ou não, mas se acontecer também poderá ser algo que vai mudar este orçamento. Previsão para os próximos quatro anos, considerando o COVID, considerando eleições, considerando as notas técnicas que dizem que a previsão é uma mera previsão, e considerando que todos os anos o orçamento tem que ser revisto optamos por proceder a uma extrapolação de igual montante só para cumprir aquilo que é o estipulado por lei. A nível de documento tentamos sintetizar a apresentação a quatro páginas, mas ao nível do documento temos o relatório composto pelas normas de execução orçamental, pelas Opções do Plano e pelos mapas orçamentais. As opções do plano são da responsabilidade do Executivo sendo que a palavra Coimbra (inscrita nessas opções) é da sua responsabilidade do contabilista público. Ao nível de orçamento, para melhor compreensão na decomposição das rubricas, se forem ver tem o classificador do antigo

POCAL o "01" por exemplo na despesa de pessoal e depois tem o novo reclassificador para o SNS-AP que é um R1. Estamos a projetar um orçamento para 2021 no montante de 1.282 mil euros, um acréscimo de cerca de 4% em relação ao orçamento do ano passado. A nível da receita ela assenta, fundamentalmente, nas transferências correntes de 1.117 mil euros e a nível da despesa 98% da nossa despesa é despesa corrente. As despesas com pessoal atingem os 45% da despesa e a aquisição de bens e serviços atingem os 33%. A despesa de capital representa 1,6 % do orçamento, mas está dependente depois da incorporação do saldo de gerência, já que a fonte de financiamento desta União são receitas correntes e por sua via são forçosamente afetas às despesas correntes. A nível de unidades orgânicas, existe um quadro onde sintetiza globalmente a despesa prevista para cada unidade orgânica. Colocou-se de seguida à disposição dos presentes para questões de nível técnico.

Susana Constante Pereira, BE, para já são só questões não são propriamente técnicas, mas são questões, em relação a algumas das opções; uma primeira nota relativamente à reunião prévia que naturalmente é valorizar que seja organizada, o BE mais uma vez não pôde estar presente e fazíamos a sugestão conquanto seja possível de que para este efeito que é uma vez por ano digamos ou se fizermos a mesma coisa com as contas são duas, que em vez de se indicar o dia e se os grupos podem estar, se procurasse tentar conciliar agendas porque efetivamente no horário indicado, nem sempre é possível. Portanto há questões, sobretudo tendo em conta o que foi apresentado da diferença do modelo contabilístico, que valia a pena podermos ter discutido compreendido não retirando para discussão política, que é o que aqui se faz naturalmente, como Já dissemos no passado não diretamente ligado com isto, mas ainda assim com alguma relação; lembrou isto nalgumas assembleias atrás o que deve ser divulgada ou seja enviado aos grupos políticos da assembleia de Freguesia devem ser enviadas as atas das reuniões do executivo da junta e nós não temos estado a receber isso e isso também pode ser uma ajuda do ponto de vista de irmos acompanhando algumas decisões com quanto nos seja possível porque também temos de ter noção de que este nosso papel de representante a nível da freguesia é algo que fazemos, é nossa ocupação enfim de cidadão em geral como qualquer pessoa que fazemos sempre aquilo que é possível e desejável, duas perguntas: uma relacionada com uma diferença de valor no quadro

global foi mais evidente digamos que é nas cinco despesas de 2020 em despesas com pessoal estão previstos 586.444.00 e para 2021 está um valor que ainda assim é significativo em termos de diferença 578.586. A segunda pergunta se percebeu bem se o Senhor contabilista, aquilo que indicou é que este orçamento, que nos é apresentado, não considera o COVID, foi isso que foi dito. As perguntas estão feitas, caso queiram ver para não complicar.

Presidente da Assembleia Freguesia, aquela reunião que nós fazemos e é disponibilizada tem sempre pedido ao executivo. Sabe que já houve situações dessas em que o Executivo a quem pediram alguma informação tenta dar, mesmo não sendo dessa reunião. Por isso o que quer dizer é que é difícil, mas é uma questão de combinarem com eles a possibilidade de haver alguém que esteja disponível, num dia ou noutra para marcarmos para que as pessoas estejam presentes; agora não significa que haja disponibilidade da parte do Executivo para isso. É para apresentar melhor por e isso é que tem essa reunião, mas da parte deles existe a disponibilidade para tentar esclarecer, presencialmente, ou noutra hora ou noutro dia, como acharem mais conveniente; pelo menos tem sido essa informação que têm sido dada que há sempre essa disponibilidade.

Marco Leitão, PS, relativamente ao plano de atividades antes demais queremos dizer que ficamos satisfeitos que algumas das propostas que nós enviamos estão, de alguma forma, abrangidas no plano; para nós também é importante podermos contribuir de uma forma mesmo que mais pequena - mas é a forma como está previsto e de acordo com a legislação em vigor -, e neste aspeto gostaríamos de realçar isso. No entanto, conforme tem sido nos anos anteriores, e neste caso acontece o mesmo no próprio plano atividades, há medidas que nós concordamos e há outras que não concordamos tanto e há opções e cada um faz as suas opções e nós não nos revemos na totalidade das opções adotadas. Nesse sentido, mas voltando a dizer que ficamos satisfeito com o facto de terem sido de alguma forma incluídas algumas das nossas propostas, iremos abster-nos. Obrigado.

Casimiro Calisto, CDU, em relação a nova apresentação do documento acha que é positiva, é algo que está de acordo com a legislação. Não sabe se entendeu bem quando o Dr. Nelson diz qualquer coisa que era o responsável, mas acha que a responsabilidade é política, talvez tenha percebido mal. Uma questão que quer que seja esclarecida relativamente à incorporação do saldo da gerência anterior. Recorda-se que há meio ano, quando foi feita a revisão houve incorporação de uma verba significativa que, entretanto, se apontava para chegar em determinados investimentos. Recordo o valor de 1000 € que havia que estava como despesa de capital de investimento. Pergunta se as obras avançaram daí não haver esse valor se por uma questão de metodologia de lei não se pode incorporar encerramento do saldo de gerência anterior. Relativamente a opção de voto vamos abstermo-nos, porque acham que neste período é importante estarmos todos ao mesmo lado e acha que verifica pelo menos na nas opções que há uma aposta em não deixar ninguém para trás, estar perto das populações e isso, como força política, acham que é o que se deve fazer. Relativamente às questões que eu perguntei são mais de metodologia e de sabedoria da contabilidade, estão explicadas.

Susana Constante Pereira, BE, interveio para questionar ou aprofundar a questão sobre a previsão do COVID neste orçamento e basicamente a pergunta é se não estão a fazer essa previsão porque aquilo do ponto de vista das transferências é igual ao do ano passado e portanto não podem fazer essa previsão ou seja não podem designar rubricas para fazer face ao COVID, por causa disso estou no fundo a tentar perceber o que está por trás da opção de não refletir no orçamento aquilo que de certeza que é da parte do executivo a consciência do COVID não desaparece a partir de 1 de janeiro de 2021 e nada que se pareça e mesmo com as notícias que temos tido do ponto de vista do plano de vacinação e tudo mais podemos ter um horizonte de impacto do ponto de vista da necessidade de respostas de emergência, a nível social, enfim de esperança de vida de uns bons seis meses, porque só levamos a generalidade da população correndo tudo bem a partir de julho, portanto no fundo a pergunta é esta é aquilo que consubstancia esta opção de não refletir no orçamento aquilo que sabemos que não muda a partir deste do próximo mês se tem a ver com não ter o Executivo as transferências necessárias para fazer e no fundo a pergunta está ligada aquilo que será a nossa orientação de voto, porque, efetivamente, acho que enfim estará inscrito na memória dos membros desta

Assembleia de Freguesia que o BE vota contra o orçamento da Assembleia, porque ele representa aquilo que é um programa que não é o programa que o Bloco subscreve e que depois se formos ao concreto de uma serie de aspetos tem que não concordamos. Na verdade vinham preparados para a abstenção na perspetiva de que como dizia o Sr. Eng. Casimiro Calisto, sobretudo ao nível das freguesias e faço de uma forma muito clara uma distinção daquilo que diz respeito ao Município e a situação da daquilo que são as contas apresentadas para 2021 a nível Municipal, mas sobretudo ao nível das freguesias é preciso outra vez na mesma linha do que disse no ponto anterior que as freguesias sejam capazes de dar resposta e portanto esta abstenção no fundo é uma; será linha de validar aquilo que vai ser necessariamente a necessidade da Freguesia para fazer face à situação de emergência que estamos a viver. Agora se nos é apresentado um orçamento que não faz face à necessidade de emergência que estamos a viver, no mínimo é perceber porquê e aquilo que ocorre que pode explicar é então aquilo que discutíamos há pouco que é as juntas não tem ou esta junta não tem e estamos aqui hoje com capacidade de prever isto orçamentalmente, é disso que se trata e é essa pergunta que faço. Obrigado.

Presidente da Junta, Sofia Maia, interveio para comunicar que não irá responder a algumas questões técnicas, dado que de seguida o Sr. Tesoureiro irá responder às questões que colocaram, a nível de contabilidade. Em relação a este orçamento e plano de atividades o ano 2020 foi um ano complexo de mudança e exigiu de todos nós um trabalho suplementar muito necessário e conforme a Susana pode constatar conseguiram ainda assim estar à altura de muitos desafios que nos foram surgindo, superando com determinação um a um. Fizemos várias alterações orçamentais como é lógico, passamos tudo para a parte social desde março; nunca deixamos estar aqui na junta junto dos nossos idosos, junto também dos toxicodependentes, junto dos sem-abrigo e superamos todos os desafios. Apesar das limitações demos a resposta a todos os fregueses, com uma política de proximidade solidária e responsável. Sabemos que haverá muito a fazer no próximo ano, mas com a união deste Executivo com esta Assembleia e fregueses, serenamente e solidariamente respeito uns pelos outros, acho que iremos conseguir. Em relação ao orçamento este orçamento é o último orçamento deste mandato; é um orçamento do qual pediu para estar lá dois pontos: um do COVID

e outro do Fundo Social de Emergência do qual já gastamos este ano cerca de 70.000 €, usados como sabem. Tínhamos previsto quarenta e cinco, mas fizemos as alterações que depois penso que estarão disponíveis. Retiramos a todas as rubricas desde Carnaval, São João e as colocamos no Fundo Social de Emergência. A uma rubrica que está que é o fundo Social de Emergência COVID ou seja nós quisemos neste orçamento foi tentar separar um pouco a parte do Fundo Social de Emergência que já ocorre nesta Freguesia há vários anos e criar uma rubrica que infelizmente irá surgir pois já distribuimos entre segunda e terça-feira cerca de 300 cabazes às famílias da Freguesia, ao contrário de alguns anos que eram bem menos, infelizmente, porque é sinal que isto tem tendência principalmente economicamente a piorar e criamos essa rubrica, está aberta, salvo erro, com 15.000 € que com certeza, infelizmente, vai ter que a reforçar neste momento. Abrimos isso e também uma outra rubrica para a cultura, ou seja nessa rubrica nós vamos exclusivamente criar ações dentro dos contextos do dia-a-dia, para dar aos nossos músicos, aos nossos artistas, às nossas associações, oportunidades para combater, infelizmente, o tanto que é grave para a arte e para a música; ou seja nessa rubrica que é só mesmo para artistas da Freguesia, desde a Povoar, a Ágil, desde o Bino ou seja músicos que tenham uma ligação à freguesia, criamos também um reforço ao associativismo, aliás se virem na informação trimestral houve associações que nós já reforçamos com o dobro da verba que estava previsto e é lógico que há um orçamento para algumas situações: diminuimos para alguns Passeios da Freguesia e diminuimos a outra situação do São João. Essas coisas são importantes, nós também as temos no orçamento porque nós temos que ter o Carnaval das escolas se me dizem que eu acredito que vou fazer o carnaval das escolas era muito bom sinal; está colocado lá, mas tenho dúvidas, tenho infelizmente, mas com certeza e isso aqui é garantido e poderão ver todas as alterações que nós temos feito tudo aquilo que não está não será efetuado e encaminhado para a parte social. Se me dizem que conseguimos em relação às verbas já o conseguimos este ano. Não houve quem viesse aqui e que não levasse um apoio para uma renda, um apoio para corte de luz, um apoio para um corte de água, um apoio para as associações pagarem as rendas que infelizmente ficaram sem verbas nenhuma, sem as barraquinhas de São João, mesmo o próprio Clube Sagres o próprio Clube Fluvial e por isso o que eu quero dizer é que acho que mais do que nunca este é um orçamento muito muito muito social. É um orçamento que prevê algumas coisas que têm que ser

previsto por uma União de Freguesias e se serão feitas ou não as saberemos. Agora acima de tudo para nós estarmos sempre conforme já tivemos este ano as populações e a parte social mais carenciada crescendo muita parte do associativismo que infelizmente está a passar por situações complexas e pela parte da cultura da Freguesia. Obrigada.

Susana Constante Pereira, BE, relativamente a esta questão deste ano conseguimos não tenho dúvidas, foram respostas em relação às quais houve procura e a Junta terá feito todos os esforços já falamos sobre isso nas últimas Assembleias. Não temos dúvidas, mas tenho a certeza que se tivesse mais conseguiriam mais e, portanto, acho que a questão que se coloca é imaginemos o que é que poderia ser a resposta a população e a freguesia e aos fregueses se pudessemos mais, em vez do conseguimos. De resto relativamente a algumas das questões que foram anunciadas saudamos e valorizamos, não deixamos de sentir que há uma opção volto a dizer, enfim, faço a leitura do que é por força das circunstâncias, de que remedeio do que seja com o que se vai a lidar com uma abordagem remediativa do que numa abordagem de antecipação porque há uma série de cenários que já podemos antecipar nesta altura ainda assim. Como dizia o BE vai abster-se nesta perspetiva de que é de facto necessário que haja todas as condições possíveis para responder à população e fazendo e reforçando que com mais meios e com mais recursos humanos e recursos financeiros, estou a repetir o que disse no ponto anterior, mas é uma repetição deliberada, porque efetivamente o assunto a questão é igualmente válida para discutirmos o orçamento para 2021. Tínhamos outra capacidade de resposta aquilo que são as situações de emergência que estamos a viver, seja no que já podemos antecipar, porque ao contrário do que aconteceu em 2020, em que ninguém estava a contar com isto, nós agora já estamos a contar com isto. No entender do BE não deviam faltar meios quer a título enfim a nível central, como vamos defender na Assembleia da República quer a nível Municipal, como defendemos na Assembleia Municipal, quer a nível local, naquilo que é a especificidade da intervenção de proximidade, que a nível local é feito. Obrigada.

Tesoureiro da Juntas, Luís Grabulho, cumprimentou todos os presentes. Este orçamento é o último orçamento como a Senhora Presidente disse deste mandato, mas

foi de longe o mais difícil de elaborar. Primeiro porque foi elaborado no novo sistema no SNC-AP que traz uma mudança bastante significativa e depois nesta situação que nós todos estamos a viver que é nova para todos nós, não é fácil conseguir fazer um orçamento que atente a tudo o que é previsto num ano normal, sem pandemia e nós não sabemos o que vai ser para a frente, sabemos proximamente que vamos ter pandemia. De certeza, futuramente não sabemos se vai melhorar ou piorar, mas nós tivemos de prever para fazer face a pandemia e isso está aqui previsto. Tivemos de considerar que se isto melhorar como todos esperamos e temos a esperança, pelo menos a partir de março que se comecem a ver melhorias significativas, para que algumas atividades que normalmente são feitas continuem a ser mantidas. Tivemos aqui uma preocupação bastante grande em reforçar o Fundo Social de Emergência, que foi reforçado com 33,33%, o apoio as instituições com um reforço de 31,92%, com maior incidência nas instituições sociais e isto para fazer face, efetivamente, ao que se prevê com o COVID. Naturalmente que é um bocado imprevisível, o que é que vai acontecer e o impacto económico vai ser bastante grande. Impacto na sociedade, com o desemprego, acho que ninguém está em condições sequer de objetivamente dizer o que é que vai acontecer. Ainda estamos numa fase de transição, procuramos manter aqui as atividades previstas. A incorporação do saldo quando for feito, podemos efetivamente, nessa altura já ter mais noção das áreas onde é necessário reforçar e sabemos que vai transitar um saldo significativo. Em relação a questão colocada pela Doutora Susana, sobre a disponibilidade de horários, quero dizer que da minha parte terei sempre disponibilidade, aliás normalmente marcamos uma hora, essa hora é articulada com o contabilista para estarmos todos presentes. Vamos apresentar o orçamento retificativo, terá de ser apresentado posteriormente e vamos apresentar as contas. Sempre que haja uma Assembleia tenho total disponibilidade para me ligar e combinamos uma hora qualquer, que seja conveniente para vocês e articular uma hora que seja boa para todos, conforme fizemos com o ATL, que correu muito bem. Em relação às despesas com o pessoal, há de facto aqui uma descida significativa com o custo do pessoal, porque o aumento que a Dra Sofia falou, e bem, foi no ano anterior, por isso já estava considerado no orçamento anterior, este ano não se prevê que vá haver um aumento significativo. Não está decidido, pode haver um ajustamento no salário mínimo, de resto não vai haver aumentos na função pública no próximo ano. Em relação a ADSE nós pagávamos,

os funcionários descontavam para ADSE e depois todos os tratamentos que os funcionários fizessem, mesmo fosse uma intervenção cirúrgica, a ADSE emitia um RO para a Junta pagar, posso dizer que por exemplo, este um dos RO custou 12000 €. Agora, a partir de setembro a ADSE, dado que tínhamos o pedido do acordo que estava a vários anos, a partir de setembro foi aceite o acordo de capitação e significa que nestes momentos a Junta paga 513 € mais ou menos este ano. No próximo ano pode haver um ajustamento, mas nunca haverá uma variação muito grande e passamos a pagar uma taxa fixa que é bastante inferior aquilo que gastamos no ano transato e, basta por exemplo ver um dos funcionários que tenha um problema de Oncologia, pagamos essas despesas todas ao hospital, se houvesse cirurgias, a cota era sempre muito maior por isso a Junta aderiu ao acordo de capitação. Pode haver organismos que não compense, a nós compensa porque os nossos funcionários estão numa faixa etária bastante elevada, onde as despesas são muitas. Por outro lado, também o que nós pagamos é por beneficiário, não é por funcionário, só que os funcionários a maior parte, também já não tem filhos agregados e como não tem filhos agregados praticamente temos só duas ou três situações com filhos. Esta União de Freguesias com o quadro pessoal que tem, compensa efetivamente o acordo com a ADSE. Em relação à questão que colocou o Eng. Casimiro Calisto, o Dr. Nelson quando disse que era responsável, era responsável pela palavra Coimbra, que está erradamente no documento, ou seja, erro dele, é só a palavra, mais nada, o resto é totalmente a responsabilidade do Executivo. Obrigado

Presidente a Assembleia de Freguesia, agradeceu a disponibilidade para estes novos elementos desta assembleia e passou à votação do ponto três.

Colocado a votação o ponto três: Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021;

Contra – zero

Abstenções – 5 (2 PS, 2 CDU, 1 BE)

Favor – 10 (8 RM, 2 PSD)

Passou-se ao ponto quatro, Apreciação e votação do mapa de pessoal de 2021.

Casimiro Calisto, CDU, interveio, para colocar uma questão que se prende com o número de funcionários que são vinte e três, mais duas vagas que é por concurso interno. Eu gostava de saber se os postos de trabalho são no futuro vinte e cinco ou se continua a ser vinte e três, com esse ajuste interno.

Presidente da Assembleia de Freguesia, passou-se a votação do ponto quatro:

Colocado a votação o ponto quatro: Apreciação e votação do Mapa de Pessoal de 2021;

Contra – zero

Abstenções – zero

Favor – 14 votos a favor

Ausente da sala o primeiro secretário da mesa.

Passando ao ponto cinco, Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira de Freguesia nos termos da alínea é do Nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro relativa aos meses de outubro novembro dezembro de 2020.

Presidente da Junta, Sofia Maia, queria solicitar ao Dr. Marco à Dra. Susana, ao Sr. Casimiro, ao Alexandre e à Dra. Cláudia se podiam ficar só comigo cinco minutos no fim desta assembleia por causa da situação dos locais de votos para as presidenciais, antes que comecemos todos a dispersar. Em relação à informação trimestral, isto reflete um ano muito atípico, um ano em que nós tentamos dentro das contingências, conforme se viu aqui, estamos o mais próximo possível desde não deixar de celebrar o dia do idoso, infelizmente não com a tradicional festa e baile, o que eles tanto gostam, mas oferecemos por exemplo uma camisola. Temos estado a levar lanches todos os dias e música dentro do possível fizemos a discussão pública conforme foram convidados do PDM em relação da Câmara do Porto com o Doutor Pedro Baganha. O orçamento colaborativo também já decorreu e já foram enviados para associações que foram escolhidas, conforme podem ver a nível de CTT por exemplo temos tido um aumento

aliás tem sido um espaço em que tem tido muita afluência devido às compras online e temos tido muitas encomendas o que reflete às vezes um pouco de confusão a nível das visitas domiciliárias, atos médicos Gabinete de Mediação, conforme também podem constatar tem havido um grande aumento precisamente por causa das situações da luz, água, rendas e afins. Distribuímos até 25 de setembro, 2750 refeições e 1100 lanches e isto são tudo entregues pelos nossos colaboradores e, de vez em quando, vai também um membro do executivo e sempre uma assistente social e a nossa psicóloga. Tem aqui alguns pedidos que até foi o Sr. Casimiro, conforme pode ver aqui fez em relação à Câmara Municipal do Porto, todas as questões que nos colocou foram encaminhadas para a Câmara Municipal do Porto; há situações são muito controversas conforme disse a Dra Cláudia mesmo em relação àquela zona do Jardim do Fluvial, eu estive lá com várias situações com os que querem o fecho e os que não querem e efetivamente a Câmara tem os dois pedidos porque o jardim do fluvial tornou-se assim um sítio um pouco complexo e agora vemo-nos confrontados com uma situação difícil da qual a Câmara está a estudar. A via pública juntamente com as forças de segurança aliás penso que o Dr. Marco ouviu no Conselho de Municipal de Segurança no qual estivemos que foi uma situação que se levantou que por um lado há uma segurança, por outro lado há uma situação que é muito complexa que diz muito bem para pessoas de idade pessoas que têm que fazer uma travessia muito maior. A Câmara o que frisou juntamente com as entidades de segurança é que vão tentar arranjar aqui um meio-termo, talvez um horário para que se possa conseguir essa situação tão complexa que se está a passar ali na zona das Sobreiras e Fluvial. Em relação às associações, conforme eu disse há pouco, praticamente todas as associações da Freguesia foram contempladas e penso que haverá talvez duas que não têm por questões burocráticas pois não têm a documentação em ordem e não foram contempladas. Conforme vem aqui a Vida Norte, Cegonha Simpática não está aqui, mas por exemplo Fluvial, o Infante já teve um reforço porque são associações que já não estavam sequer com capacidade financeira para pagar a luz e água; iremos estar atentos, vamos agora fazer a distribuição também de uma pequena lembrança pelos meninos das cinco escolas inclusive este ano vamos também colocar livros, chocolates, darmos meios para eles criarem uma festa virtual, dentro do possível e dentro das contingências estamos aqui para ajudá-los e tentar fazer tudo o que está ao nosso alcance. Muito obrigada, é para mim que vejo com muito

agradado este orçamento pelas forças políticas não deixa de ser um voto confiança que eu estarei aqui para vocês me criticarem caso não esteja a cumprir, mas espero cumpri-lo e até poder não fazer só social e podemos fazer outras coisas a nível da Freguesia, mas é com muito agrado que friso esse vosso voto e tudo farei e estarei aqui para que o possamos fazer para bem da população e dos fregueses em união. Muito obrigada.

Presidente da Assembleia de Freguesia, queria agradecer a todos presença e ao Executivo e se me consegue confirmar se nos vamos ter, se for necessário, em março ou abril, se não for antes.

Tesoureiro da Junta, Luís Grabulho, uma das questões do Eng. Casimiro colocou tinha a ver com o investimento e nós fizemos a incorporação do saldo, só que com a situação do COVID, efetivamente não conseguimos arrancar com as obras a tempo de elas estarem concluídas agora. O que é que iria acontecer agora se a obra não estivesse concluída agora neste orçamento não haveria verba para pagar o resto da obra e por isso teria ficado depois parado à espera que efetivamente houvesse incorporação do saldo como estávamos numa parte final do ano os processos estão prontos para serem lançados para a rua os procedimentos só com as novas regras contabilísticas nós inclusivamente para lançarmos o procedimento já temos de ter o saldo eu não posso lançar esta semana o procedimento para uma obra que sei que só vai poder ser paga no próximo ano, porque no próximo ano eu não tenho saldo para pagar essa obra e como as verbas que normalmente a junta recebe durante o ano não dão para fazer as obras principalmente naquele montante só com a transição do saldo, por isso provavelmente nós teremos de fazer o mais breve possível uma Assembleia porque as contas tem de ser aprovadas primeiro pelo Executivo mesmo antes de levar as contas a aprovar pela Assembleia; podemos ir a uma assembleia fazer a incorporação do saldo, logo que esta incorporação esteja feita de imediato podemos lançar os procedimentos para efetivamente conseguirmos fazer essas obras que estão planeadas inclusivamente temos o orçamento colaborativo que também estará no próximo ano só com essa incorporação é que efetivamente consigo mesmo arrancar com as obras o que já está previsto; vamos arrancar já o resto só depois de fazermos incorporação é que podemos arrancar por isso provavelmente o que é que vai acontecer é nós aprovamos o mais

ATAS

rapidamente possível as contas a nível de Executivo e de imediato pedimos para marcarmos uma Assembleia, para incorporação do saldo para podemos avançar com isso e também podermos fazer alguns ajustamentos mesmo a nível do combate ao COVID ou uma situação que seja necessário. Obrigado.

Presidente Assembleia de Freguesia, aproveito também para desejar a todos um bom Natal boas festas a toda a família, que facto que nos traga alguma tranquilidade em termos de doença e que isto, o COVID passe depressa. Para todos nós tem sido uma coisa terrível.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Mário Pinheiro de Sá e Almeida

Paula Chubbett de Sá

Alexandre Pinto de Sá